

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS – CDHM

Requerimento nº /2014 (Dos Srs. Luiz Couto)

Solicita que seja realizada **COM URGÊNCIA**, visita e apoio político aos integrantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Estado do Sergipe, a fim de acompanhar in loco as lutas e resistências das comunidades quilombolas do território Brejão dos Negros, situada no município de Brejo Grande, Estado de Sergipe.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, Ouvido o Plenário, que seja realizada visita e apoio político aos integrantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Estado do Sergipe, a fim de acompanhar in loco as lutas e resistências das comunidades quilombolas do território Brejão dos Negros, situada no município de Brejo Grande, Estado de Sergipe.

JUSTIFICATIVA

Em 2011, por solicitação deste movimento, as lideranças ameaçadas de morte por fazendeiros da região, (apoiados por setores do judiciário e também parlamentares locais), contaram com o apoio da Comissão de Direitos

Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, nas pessoas dos parlamentares Domingos Dutra e Luíz Couto.

Naquele momento, frente às denúncias realizadas pelas lideranças ameaçadas, as comunidades foram inseridas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos Ameaçados de Morte, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República; as ameaças, que sempre foram uma constante, diminuíram; e em 2011 a união entrou com uma ação inibitória em que possibilitou o cercamento de 172 hectares de terras. Essa iniciativa legitimou o direito das comunidades ao usufruto da área.

Ocorre que, no dia 8 de abril (passados quase 3 anos), foi publicada uma decisão judicial em face de uma pessoa que afirma ser proprietária de 62 hectares de terra. A mesma alegou que não foi parte comunicada no processo anterior e nesse momento dispõe de autorização legal para tomar posse imediata justamente da parte da terra em que está todo o investimento dos quilombolas, - área que hoje estão os tratores, equipamentos e todo fruto do trabalho das comunidades que tendo o direito de usufruir ao longo desses anos, o fizeram, como reforma de muros e de beneficiamento das lagoas de arroz, etc.

Nesse momento as lideranças estão convictas de que irão resistir! Paralelo a esta situação, o RTID - Relatório Técnico de Identificação e Demarcação do Território Quilombola, de 3 (três) comunidades quilombolas do Estado foi concluído em agosto de 2013. Dois destes relatórios foram publicados e somente o da comunidade de Brejão dos Negros não ocorreu por falta de autorização do Superintendente Nacional do INCRA, o que contribuiu para o agravamento da situação desta comunidade. Essa publicação nesse processo é imprescindível.

Sendo assim, para o momento gostaria de solicitar apoio político **para conseguir uma audiência com o Superintendente do INCRA em Brasília, para que uma comissão aqui do Estado contando com a presença das lideranças quilombolas possam se fazer presentes na perspectiva de dar celeridade a um processo que envolve diretamente à dignidade de famílias inteiras de ex-escravos e intervir através de uma visita desta comissão no local onde está prestes a acontecer o irregular despejo.**

Certos de contar mais uma vez com a atuação deste Comissão de Direitos Humanos e Minorias (comprometida junto às lutas populares), desde já renovo meus votos de apreço e consideração.

Assim, esperamos a compreensão de nossos pares para aprovação desse Requerimento.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2014.

LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Deputado Federal PT/PB